

Ricardo Vieira
José Marques
Pedro Silva
Ana Vieira
Cristóvão Margarido
(Orgs.)

**DA MEDIAÇÃO INTERCULTURAL
À MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA.**

**Estar dentro e estar fora
para mediar e intervir**

Título: Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária.

Estar dentro e estar fora para mediar e intervir

Organizadores: Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva, Ana Vieira e Cristóvão Margarido

© 2018, Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva, Ana Vieira, Cristóvão Margarido
e Edições Afrontamento

Capa: Edições Afrontamento / Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt/comercial@edicoesafrontamento.pt

ISBN: 978-972-36- ____ - __

Colecção: Textos/ ____

Depósito legal: ____/ ____

N.º edição: ____

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

Comercial@companhiadasartes.pt

Novembro de 2018

Este livro foi objeto de avaliação científica

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013.



CICS.NOVA
CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
CICS.NOVA.IPLeiria

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Instituto Superior de Educação
e Ciências Sociais
Instituto Politécnico de Leiria

Índice

Introdução	7
<i>Ricardo Vieira, José Marques, Pedro Silva, Ana Vieira e Cristóvão Margarido</i>	
I PARTE	
Intervenção Social e Mediação Comunitária	13
Capítulo 1	
Da evolução do brincar na Criança ao interculturalismo: notável paralelismo.....	15
<i>Rui Matos</i>	
Capítulo 2 – Vidas de rua: a mediação na (re)construção de projetos de vida	25
<i>Cátia Matias e Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 3 – Da mediação intercultural num GAAF	45
<i>Patrícia Simões e Ana Maria Vieira</i>	
Capítulo 4 – Intervenção Social com famílias de afeto nas casas de acolhimento para crianças/jovens em perigo.....	61
<i>Sónia Santos e Cristóvão Margarido</i>	
Capítulo 5 – A mediação e a violência doméstica: do trabalho social com os agressores	79
<i>Sandra Ribeiro e Ricardo Vieira</i>	
Capítulo 6 – Avós e netos: educação, comunidade e solidariedade intergeracional.....	101
<i>Rosa Maria da Exaltação Coutrim e Pedro Silva</i>	

II PARTE

Investigação, Desenvolvimento e Mediação Comunitária..... 119

Capítulo 7 – Em torno da diversidade: lugares, dinâmicas e investigação 121

José Carlos Marques e Luís Baptista

Capítulo 8 – Políticas municipais para a inclusão social. Da mediação intercultural à mediação comunitária: mesa redonda / focus group com as Câmaras da Batalha, Leiria, Marinha Grande e Pombal..... 127

Ricardo Vieira e Nelson Araújo

III PARTE

Estar Dentro e Estar Fora para Mediar e Intervir 175

Capítulo 9 – Desenvolvimento, Educação e Direitos Humanos..... 177

Laborinho Lúcio

Capítulo 10 – Mediação e autonomia de crianças e jovens no sistema de acolhimento 191

Maria João Leote Carvalho

Capítulo 11 – Políticas sociais, mediação intercultural e intrapessoal com jovens institucionalizados..... 207

Paula Costa, Ricardo Vieira e Rui Santos

Capítulo 12 – A operatividade do conceito de Território Psicotrópico na intervenção comunitária..... 233

José Luís Fernandes

Sobre os autores 243

Sobre os organizadores 249

CAPÍTULO 11

POLÍTICAS SOCIAIS, MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E INTRAPESSOAL COM JOVENS INSTITUCIONALIZADOS

Paula Costa
Ricardo Vieira
Rui Santos

INTRODUÇÃO

Nem todas as crianças e jovens têm percursos biográficos protegidos por famílias nucleares mais tradicionais onde buscam o seu suporte psicossocial. Muitas crianças são produto de famílias desestruturadas, consideradas multi-problemáticas (Alarcão, 2006) e disfuncionais (Martins, 2005), que vivem ambivalências entre os valores culturais e os direitos. É após avaliações complexas, multidisciplinares, multifatoriais e precisas que, muitas vezes, as crianças e jovens em risco são sinalizados à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ), ao abrigo da legislação em vigor – Lei 147/99 de 1 de setembro de 2001, alterada em 2003 pela lei n.º 31/2013, de 22 de agosto, e, em 2015 pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro (LPCJP). A referida legislação prevê, no seu artigo 35.º, a existência de diferentes medidas de promoção e proteção, sendo primado pelo sistema português as medidas em meio natural de vida como, por exemplo, junto da família, seja esta nuclear ou alargada. Quando estas alternativas não existem ou, ainda, quando as mesmas não promovem os efeitos desejados para a promoção e proteção dos direitos e desenvolvimento integral do sujeito, é promovido o afastamento do seio familiar através da medida de acolhimento residencial.

Com este estudo, pretendemos, justamente, estudar sujeitos que tenham vivido trajetórias de vida de acolhimento residencial à luz da referida legislação e compreender que transformações identitárias ocorreram dentro de si entre a infância e a adultez que vivem hoje, já no tempo pós-institucional. Em termos práticos, pretende-se compreender as práticas de mediação intercultural ocorri-

das entre estes sujeitos, quer intrapessoalmente (Torremorell, 2008) quer na relação com os outros, sejam eles técnicos ou pares da mesma instituição.

Em termos metodológicos entrevistaram-se quatro sujeitos com idades superiores a 18 anos e que viveram em instituições de acolhimento residencial, tendo saído da referida instituição há pelo menos 2 anos.

Os resultados e as conclusões revelam que o acolhimento residencial permitiu aos quatro jovens a aquisição de competências pessoais, sociais, económicas e profissionais para se transformarem e idealizarem um futuro diferente dos ascendentes tornando-se estes sujeitos *trânsfugas interculturais* (Vieira, 2009, 2014). Para tal, identificam a existência de incidentes críticos, pessoas críticas e fases críticas (Vieira, 1999; 2004) que influenciaram a sua (re)construção identitária através de uma mediação intracultural.

CRIANÇAS ANTES E DEPOIS DA «CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA»

De acordo com Qvortrup (1995), Sarmiento e Pinto (1997) e Amorim (2011), a análise sociológica da família inicia-se nos anos 30, sendo que este estudo da criança enquanto objeto de investigação, análise e reflexão é bastante mais recente. É neste sentido que Alves (2007) alude que a imagem social da criança, em termos históricos, tem vindo a sofrer várias mudanças, sendo que esta faixa etária é simultaneamente alvo de indiferenças, adoração, afeto ou proteção, o que lhe confere diferenciadas atenções, mais positivas e protetoras ou mais negativas e indiferenciadas. Assim, a realidade dos maus tratos não é inédita, inéditas são as perspetivas que lhe vão dando atenção e visibilidade. Neste sentido, sublinhamos que os maus tratos em crianças e jovens sempre existiram, contudo, só se tornaram relevantes com o aparecimento dos direitos das crianças em 20 de novembro de 1989, ano em que as Nações Unidas reconheceram com unanimidade a convenção sobre os direitos das crianças. Esta convenção foi ratificada em Portugal no ano de 1990.

FAMÍLIA E MAUS TRATOS INFANTIS

A vida do ser humano é feita de ciclos/etapas, sendo que o primeiro ciclo é concretizado com o nascimento. Nascer significa nascer no seio de uma família. É habitual pensarmos na família como o lugar onde nascemos, crescemos e morremos.

O papel da família, mais especificamente dos pais ou dos cuidadores, independentemente da composição do seu agregado familiar, passa por potenciar nos seus descendentes os cuidados básicos, a segurança, a proteção, o desenvolvimento equilibrado, a educação, o afeto, o amor, os valores, o conforto, as regras, os limites, entre outras funções que vão variando ao longo do crescimento/desenvolvimento da criança, até ao momento em que se torna adulta e desenvolve a sua autonomia. Sempre que os direitos das crianças não se encontrem asseverados e a família não cumpra as funções legais e culturalmente impostas podemos referir que a família se encontra *disfuncional* (Santos, 2014), ficando estas crianças e jovens numa situação de desigualdade, numa situação de carência, numa situação de risco, ou numa situação de perigo.

De acordo com Penha e Ribeiro (1996) cit. por Amorim,

a criança em risco é aquela que pelas suas características e/ou pelas características da sua família está sujeita a um alto grau de probabilidade de vir a sofrer omissões e privações que comprometam a satisfação das suas necessidades, tanto de natureza material, como de natureza afetiva-emocional (2011: 176).

Neste sentido, Delgado acrescenta que as crianças em risco «são aqueles que se encontram em circunstâncias que exigem a adoção de medidas preventivas ou de reabilitação, sob pena de entrarem num processo de inadaptação ou conflitos sociais» (2002: 79). Penha (2000) vai mais longe e distingue o conceito de criança em risco e o conceito de criança em perigo. Para esta autora, risco são situações de crianças que, pelas suas características biológicas e/ou familiares, se encontram potencialmente sujeitas a omissões na satisfação das suas necessidades de ordem física, socioemocional ou familiar, vendo comprometido o seu processo de desenvolvimento. Por outro lado, o perigo é mais gravoso do que o risco e ocorre quando se verificam múltiplas situações de risco numa mesma criança ou jovem em simultâneo (Alves, 2007).

Assim, a existência de fatores de risco a curto, médio ou longo prazo, em função da gravidade que assumem, levam, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, a situações de maltrato, uma vez que

o mau trato compreende todas as ações dos pais, familiares ou outros que provoquem um dano físico ou psicológico, ou ainda que, de algum modo, lesionem os direitos e necessidades da criança no que diz respeito ao seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral e afetivo. Compreende ainda a negligência definida como o conjunto de carência de ordem material e/ou afetiva que lesionem igualmente os direitos e as necessidades psicoafectivas e físicas da criança (Coimbra, Montano e Faria, 1990: 193).

O SISTEMA LEGAL PORTUGUÊS PARA O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO

De forma muito genérica, constatamos que em matéria de direito relativa às crianças e jovens, podemos destacar os seguintes instrumentos jurídicos internacionais, numa perspetiva histórica: a Declaração de Genebra de 1924; a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948; a Declaração dos Direitos da Criança em 1959; a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989; e a Convenção Europeia para o Exercício dos Direitos das Crianças em 1996.

No que concerne ao instrumento jurídico nacional destaca-se a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei 147/99 de 1 de setembro de 2001, alterada em 2003 pela lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, e, em 2015 pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro (LPCJP), cuja finalidade é a promoção e proteção das crianças e jovens em perigo e o respetivo papel das entidades responsáveis na presente matéria.

A presente Lei considera como estando em perigo as crianças que, de algum modo, não tenham assegurados os seus direitos, nomeadamente, a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, como refere o artigo 3.º no seu número 1.

Neste sentido, a LPCJP identifica diferentes medidas de promoção e proteção que poderão ser aplicadas pela CPCJ e pelos tribunais de modo a eliminar as situações de perigo existentes e proteger e promover os direitos das crianças e jovens, sendo elas medidas em meio natural de vida e medidas de colocação, respetivamente, «apoio junto dos pais», «apoio junto de outro familiar», «confiança a pessoa idónea», «apoio para autonomia de vida», «acolhimento familiar», «confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista a futura adoção» e «acolhimento residencial» (art.º 35.º da LPCJP, 2001, 2015), correspondendo esta última ao ponto crucial da investigação aqui apresentada.

Realçamos que a intervenção na área da promoção e proteção assenta em vários princípios, existindo, na nossa perspetiva, dois princípios basilares e fundamentais: o «interesse superior da criança e do jovem» e a «prevalência da família» (LPCJP, 2001, 2003, 2015). Quando as medidas de colocação são aceites pelos familiares e jovens, se o processo ocorre na CPCJ, ou quando são homologadas, no caso em que o processo decorre em Tribunal, é porque as medidas de primeira linha, medidas em meio natural de vida, tiveram resultado infrutífero e não afastaram o perigo, logo, foram insuficientes para proteger a criança. Por conseguinte, surge a necessidade de aplicar outras medidas de promoção e proteção, nomeadamente medidas de acolhimento, afastando a criança ou jovem da

respetiva família de origem e comunidade. Compreendemos assim o acolhimento como «um instrumento na retirada da criança da situação de perigo, protegendo-a, para, prevenindo novas exposições ao perigo, promover o seu desenvolvimento e a sua autonomia, com ela construindo o seu projeto de vida» (Instituto de Segurança Social, [ISS] 2014). Por sua vez, a LPCJP (2015) no seu art.º 49 clarifica o conceito de acolhimento residencial:

1 – A medida de acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados. 2 — O acolhimento residencial tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Relativamente ao sistema de acolhimento em Portugal e, de acordo com os últimos dados publicados pelo ISS (CASA, 2017), estiveram em situação de acolhimento 10 688 crianças e jovens em risco, no ano 2016, das quais 2513 saíram do sistema de acolhimento no referido ano, 5779 iniciaram o acolhimento em anos anteriores e 2396 foram acolhidas no presente ano, encontrando-se no término do processo 8175 crianças e jovens acolhidos, situação que se mantém muito semelhante ao cenário dos últimos 5 anos. A mesma fonte ressalva que as crianças e jovens referenciadas são apenas um universo exíguo no sistema de proteção, salvaguardando que as medidas de promoção e proteção em meio natural de vida, nomeadamente de apoio junto dos pais, são predominantes em detrimento das medidas de acolhimento, cumprindo assim com os princípios orientadores previstos na LPCJ, nomeadamente, a prevalência da família, a responsabilidade parental e o primado da continuidade das relações psicológicas profundas.

DA (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

O desenvolvimento humano é mote de análise de várias disciplinas. Desde o sec. XIX que temos teorias explicativas do desenvolvimento humano de que destacamos os seguintes autores: Jean Piaget (1896-1980); Skinner (1904-1990); Watson (1878-1958); Sigmund Freud (1856-1939); Vygotsky (1816-1934); Erik Erickson (1904-1994) e, entre outros, Bronfenbrenner (1917-2005).

De acordo com Bronfenbrenner (1917-2005), o desenvolvimento humano ocorre em quatro níveis: as pessoas, o processo, o contexto e o tempo. Ou seja, o

desenvolvimento humano ocorre através da relação dos processos psicológicos, a participação dinâmica do ambiente, as características do sujeito e a construção histórica, social e cultural, dando uma análise completa do sujeito enquanto ser biopsicossociocultural. Esta teoria defende ainda que o desenvolvimento humano deriva das várias esferas sociais e ocorre ao longo de toda a vida. Assim, define o desenvolvimento humano como um «conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida» (Bronfenbrenner, 1989: 191).

Ainda em consonância com o mesmo autor, as mudanças são as transições que podem ser normativas e não normativas, ou seja, esperadas e previsíveis ou, pelo contrário, inesperadas e imprevisíveis, sendo estas impulsionadoras da percepção de si e do outro na inter-relação: «as chamadas transições ecológicas, consideradas ao mesmo tempo produto e produtor de mudanças no desenvolvimento (Bronfenbrenner 1979/2004).» (cit. por Gaspar, 2014: 112) e são, além de tudo, criadoras de identidades.

Desta forma, podemos referir que o sujeito se desenvolve e cria a sua identidade através dos processos de socialização, sendo que, de acordo com Dubar (1997), os processos de socialização são interativos e multidirecionais. Estes não transmitem apenas valores, normas e regras, nem são apenas resultados de aprendizagens formais, mas, antes, produto de uma construção lenta e gradual. A socialização não é mais que um processo de identificação e construção identitária de pertença e de relação com os outros. Logo, a construção identitária, a construção do *self*, não é apenas resultado de uma imposição social. Apesar do social ter grande influência, existe toda uma «panóplia de fatores» (Vieira, 2009) internos que condicionam, igualmente, o *self*, ou seja, aquilo que me é apresentando é visto por mim em função da minha interpretação, que irá surgir em função do local em que me encontro, da minha história de vida, da minha vontade, de múltiplos fatores. Podemos, assim, afirmar que a mediação intrapessoal (Torremorell, 2008), o diálogo entre o eu de ontem e o eu de hoje e a sua síntese não ambivalente, resulta não só do social exterior (Durkheim, 1998) bem como do social incorporado³¹ e da autoformação e reconstrução de si (Vieira, 2014).

Neste contexto, é de referir que os *Incidentes críticos*, *peçoas críticas* e *fases críticas* desenvolvidos por Flanagan (1954), Sikes *et al.* (1985), Vieira (1998, 1999, 2004) influenciam e promovem igualmente transformações nos sujeitos, transformações essas que estão na gênese das reconstruções identitárias que vão

(31) O *habitus* de Bourdieu (1994).

ocorrendo ao longo da vida. A construção identitária ocorre, assim, «através de um processo de metamorfose cultural, que não raras vezes coloca as pessoas numa encruzilhada reflexiva» (Vieira, 2011: 61), ou seja, na dúvida de quem são? De onde vieram? E o que são? logo, numa «encruzilhada da identidade». Todos estes pensamentos levam a uma análise sua, da cultura de onde partiram e da cultura a onde chegaram, como tal, a uma aprendizagem, a uma mudança (mais ou menos visível), a uma transformação, logo a uma metamorfose do *self*, mediado interculturalmente (Giménez, 2001, 2010; Vieira *et al.* 2016, 2017) e intrapessoalmente (Torremorrell, 2008).

Relativamente às metamorfoses do *self*, Vieira (2009) identifica dois resultados possíveis da metamorfose cultural extremista. O oblato, modelo que remete para as «pessoas que rejeitam as origens socioculturais», [...] «não faz, explicitamente, a ligação entre as duas margens, o rio separa as duas culturas, não há continuidade entre ambas» (Vieira, 2009: 39). O trânsfuga intercultural, modelo em que «o indivíduo recebe o novo mas não rejeita o velho, incorpora no seu universo pessoal a aquisição cultural que dá uma dimensão à cultura de origem, mas que não aniquila nem substitui. Antes sim, dá-lhe uma terceira dimensão, resultante da integração comparativa entre o nós e o ele.» (Vieira, 2011: 66).

A identidade de cada sujeito é, em todo o momento, contruída e (re)construída, numa criação de um *terceiro instruído*, como se se tratasse, metaforicamente, da «passagem de uma margem do rio para a outra» (Serres, 1993). Trata-se da nova dimensão resultante da interação social e pessoal em que «*I e I=3*» (Vieira, 1999, 2003, 2009, 2011, 2014), ou seja, a identidade revela um carácter inacabado, complexo, dialético, reflexível, dinâmico, compósito, em que o todo é mais que as partes que a compõem, que é intrínseca e única em cada indivíduo, é heterogénea, mutável e mestiça (Vieira, 2014). Como refere Claude Dubar (2000),

a construção de identidade consiste em dar um significado consistente e coerente à própria existência, integrando as suas experiências passadas e presentes, com o fim de dar um sentido ao futuro. Trata-se de uma incessante definição de si próprio: o que/quem sou, o que quero fazer/ser, qual o meu papel no mundo e quais os meus projetos futuros, processo nem sempre pacífico e causador, por vezes, de muitas crises e angústias existenciais (cit. por Vieira, 2009: 37).

Finalmente, a identidade é única e é o que define cada sujeito mesmo relativamente em relação aos mais próximos pessoal e culturalmente porque as pessoas querem, ao mesmo tempo, ser iguais e diferentes (Vieira, 1999).

INTERVENÇÃO SOCIAL COM MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

O desenvolvimento do sujeito e a sua construção e (re)construção identitária ocorrem, como vimos, através de múltiplos processos intrínsecos e relacionais, pelo que afirmamos que as transformações que os sujeitos vivenciam surgem de diferentes processos de mediação, mediações internas, que designámos de intrapessoais, e externas, que designámos de interculturais. É importante percebermos que vivemos num contexto social intercultural em que a aceitação e a compreensão das diferenças é fundamental e não a simples tolerância do outro. Neste sentido, a mediação ganha grande importância e deveria deixar de ser uma utopia e passar a ser uma realidade na prática de toda a intervenção social. A mediação intercultural é fundamental para a inclusão, para a mudança social, para a coesão social, bem como para a transformação e humanização do sujeito na (re)construção do *eu* e do *nós*. De acordo com Cunha e Lopes,

a prática da mediação, que inicialmente surge ligada ao termo negociação, é atualmente, assumida como um recurso fundamental para o desenvolvimento social dos vários países, em particular aqueles que se caracterizam por uma forte diversidade sociocultural, na medida em que se apresenta como uma função-chave para que a comunicação intercultural se realize (2001: 21).

Assim, esta mediação é transversal aos sujeitos, aos grupos, às profissões, aos sistemas, às culturas. Parafraseando Riera e Sarrado (2000) cit. por Torre-morell,

a mediação, de inegável conteúdo metacognitivo, não é propriedade exclusiva de nenhuma profissão nem disciplina, devendo ser concebida como uma renovada antropologia e metodologia comunicativa, como tempos e espaços de convergência humana dócil ao serviço de pessoas e ideias em cada meio sociocultural (2008: 64).

Logo, o interventor social, independentemente, da sua formação base, da área em que trabalha, da função que desenvolve, ou do organismo que representa, deverá exercer a sua profissão com base na mediação dialogante, empoderadora e transformadora (Vieira, A. e Vieira, R., 2016). Neste sentido, a mediação é uma forma de intervenção que poderá ser realizada em diversas áreas, desde a vida pessoal dos sujeitos à vida profissional, com intuito de proporcionar oportunidades para a tomada de decisões pelas partes em questão, utilizando técnicas que auxiliam a comunicação no tratamento das situações concretas entre os envolvidos de forma construtiva e interativa. O interventor social, ou qualquer trabalhador social é, no essencial, um mediador, desde logo por traba-

lhar com e para os sujeitos, fazendo assim com que os trabalhadores sociais sejam portadores de identidades compósitas (Maalouf, 1999) e dinâmicas, em trânsito entre mundos pessoais e profissionais (Vieira, 2009) em constante reflexividade, logo em constante metamorfose, transformação e vigilância reflexiva. Em síntese, o interventor social usa, ou deve usar, na sua prática diária, uma intervenção social mediadora e socioeducativa, que, segundo Vieira «é considerada, [...] assim, uma filosofia de ação social que aposta numa política não monolítica, em que há apenas um ponto de vista, o lugar de quem fala, mas, antes, numa filosofia que aposta na negociação entre as partes que não são só as partes de um conflito terminal» (2012: 17). Assim «mediar é fazer a ponte, é criar relação e comunicação, é informar, é articular, é aconselhar, é gerar confiança, é facilitar a assunção de compromissos entre as instituições e entre as pessoas» (Azevedo, 2007: 3).

QUATRO ESTUDOS DE CASO: ANÁLISE DE HISTÓRIAS DE VIDA DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS

Este estudo permitiu compreender a percepção dos indivíduos adultos sobre a influência das experiências de acolhimento institucional na (re)construção da sua identidade. Para tal utilizamos um paradigma fenomenológico, interpretativo, reflexivo, um paradigma essencialmente de descoberta. Apesar da ênfase etnobiográfica, neste estudo buscou-se um cruzamento de metodologias e técnicas, desde logo com análise documental e jurídica para conhecer as principais políticas de promoção e proteção de crianças e jovens em risco. Como o principal objetivo assentava na compreensão das identidades biopsicossocioculturais de quatro sujeitos institucionalizados e na reconstrução dos seus *selves*, privilegiaram-se os estudos biográficos, através do recurso à metodologia das histórias de vida e aos estudos de caso individuais. O recurso a esta metodologia teve como objetivo não tanto a recolha «como material histórico» (Amado, 2014: 169), mas mais a intenção de uso das biografias para aprofundar o «(auto)conhecimento sobre o passado» (Bogdan e Biklen, 1994) e a compreensão do presente sobre o qual os sujeitos projetam o futuro (Amado, 2014; Faria e Vieira, 2016; Marques *et al.*, 2016; Morin, 2002; Silva, 2009; Vieira, 2003, 2014).

Os 4 sujeitos em estudo (cf. quadro 1) foram selecionados de acordo com critérios estabelecidos previamente: que os sujeitos tivessem idade superior a 18 anos; que em algum momento da sua história tivessem vivido em acolhimento residencial ao abrigo da legislação (LPCJP, 2001, 2003, 2015); e que tivessem saído da referida instituição há pelo menos dois anos.

O quadro seguinte apresenta as características do universo de estudo³².

Quadro I. **Características do universo de estudo**

Identificação	S1	S2	S3	S4
Sexo	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
Idade	28 anos	27 anos	27 anos	26 anos
Escolaridade	Pós- -Graduação	Freq. Universitária	9.º ano	9.º ano
Idade no momento do acolhimento	5/6 anos	12 anos	10/11 anos	5 anos
Tempo em acolhimento	19 anos	11 anos	7 anos	13 anos
Idade na saída acolhimento	24 anos	21 anos	17 anos	18 anos
Ano da saída acolhimento	2013	2011	2008	2010

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Os sujeitos identificados anteriormente foram acolhidos em três instituições residenciais. O S3 e o S4 estiveram na mesma instituição, no distrito de Leiria. O S1 e S2 estiveram em duas outras instituições diferentes, sendo uma do distrito de Leiria e outra do distrito de Santarém.

Considerando os critérios apontados, o primeiro sujeito foi selecionado tendo em conta a proximidade social com o investigador, o que facilitou uma primeira aproximação a esta temática complexa. Um outro sujeito foi identificado no âmbito da prática profissional do investigador e de forma casuística. Os restantes membros foram surgindo em efeito bola de neve. O terceiro entrevistado foi sugerido pelo primeiro elemento e o último sujeito do universo de estudo foi sugerido pelo terceiro.

Neste processo, procurámos assegurar o direito à privacidade de cada participante pelo que ao longo da presente investigação estes são identificados como S1, S2, S3 e S4. Outro procedimento adotado na investigação foi a elaboração do consentimento informado, sendo que o mesmo se traduziu numa autorização

(32) De acordo com Guerra (2006) optámos por utilizar alternadamente universo de estudo e sujeitos de estudo ao invés de amostra, uma vez que esta remete para representações estatísticas ausentes neste estudo exploratório, casuístico e etnobiográfico.

expressa dada pelo participante ao entrevistador, de forma escrita, depois de ter sido cuidadosamente esclarecido acerca dos objetivos da pesquisa.

Todas as entrevistas foram realizadas em gabinete privado, de diferentes entidades públicas, de acesso restrito ao investigador, de forma a promover a confidencialidade dos participantes e assegurar que as entrevistas ocorressem em espaço neutro, confortável e sem interferência de terceiros. As entrevistas foram gravadas em registo áudio e duraram em média 100 minutos, devido a estas serem de condução flexível e os conteúdos abordados serem de cariz individual, complexo e emocionalmente exigentes para os participantes.

A técnica utilizada para o tratamento de dados e, de acordo com a natureza do estudo, foi a análise de conteúdo qualitativa em consonância com a proposta de Guerra (2006: 78) que sugere «a análise categorial, que consiste na identificação das unidades pertinentes que influenciam determinado fenómeno em estudo «reduzindo o espaço de atributos» de forma a sacar apenas as variáveis explicativas pertinentes».

Em conformidade com os objetivos da presente investigação e em consonância com o trabalho de campo, foram identificadas três categorias de análise, nomeadamente Período anterior ao acolhimento, o período durante o acolhimento e o período pós acolhimento.

As referidas categorias foram desenvolvidas, analisadas e refletidas tendo em atenção a evolução do sujeito enquanto um ser biopsicossociocultural e de modo a melhor refletir a influência do acolhimento institucional na sua história de vida e na (re)construção identitária do seu *self*.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS E PROCURA DE CONCLUSÕES

Desta investigação etnobiográfica resultaram extensas narrativas, de enorme profundidade, que aqui se encontram resumidas a extratos dessas trajetórias de vida (Costa, 2017; Matias, 2016; O'Neill, 2003; Vieira, 1999, 2014) enquadradas nos três períodos em estudo (período anterior ao acolhimento, período durante o acolhimento e período pós-acolhimento), procurando fazer-se uma análise comparativa entre a reconstrução identitária dos quatro sujeitos estudados.

Período anterior ao acolhimento

Os sujeitos S1, S2 e S3 encontravam-se ao cuidado da família biológica antes do momento do acolhimento, conforme os próprios referem ao longo das entrevistas apresentadas.

«Vivia com os meus pais, os meus irmãos [...] sete irmãos» (S2) e «eu acho que era tipo a menininha dos papas [...] andava sempre com o meu pai para todo o lado [...] A minha mãe [...] tinha muito aquela coisa da proteção porque eu era a mais nova» (S1). S3 e o S4 estavam inseridos em agregados monoparentais. A este propósito S3 refere que «[...] O meu pai já estava separado da minha mãe [...] o meu pai tinha se separado da minha mãe eu tinha 1 ano [...] sempre cresci com o meu pai».

S4 sublinha que tinha completado 5 anos de idade quando foi acolhido, pelo que não se lembrava de viver com a família biológica. Contudo, refere que vivia com a mãe e é «filho de pai incógnito», pelo que até à data desconhece a identidade do pai.

A maioria dos elementos entrevistados recorda a vivência em família e a relação que estabeleciam com os cuidadores, excetuando-se o S4, que devido ao acolhimento precoce não se lembra de viver com a família. Este é um bom exemplo da mediação intrapessoal (Torremorell, 2008) em que os sujeitos S1, S2, S3 articulam consciente e harmoniosamente, passado e presente das suas histórias de vida.

Todos os sujeitos revelaram consciência dos principais motivos que os levaram ao acolhimento. Para S1 as principais problemáticas familiares passavam pela situação socioeconómica dos progenitores e as condições habitacionais. Por sua vez, S2 identifica o alcoolismo da progenitora como o principal motivo do acolhimento. No que concerne a S3 e S4, estes identificaram os problemas de saúde dos cuidadores como principal motivo conducente ao acolhimento.

Foram identificados *incidentes críticos*, *pessoas críticas* e *fases críticas* (Flanagan, 1954; Sikes *et al.*, 1985; Vieira, 1998, 1999, 2004) relativamente a cada sujeito. Tendo em conta que todos os elementos foram acolhidos na fase da infância e que o período anterior ao acolhimento é relativamente curto, e dizemos relativamente porque mesmo que sejam 11 anos anteriores ao acolhimento só a partir dos 4/5 anos de idade é que o nosso sistema começa a «armazenar» memórias, poucos foram os *incidentes críticos* / *fases críticas* e *pessoas críticas* identificadas com os sujeitos estudados.

Para o S1, a *pessoa crítica*, um modelo positivo, neste caso, é o pai. Dele fala com emoção desculpando até alguns comportamentos que considera críticos:

[...] efetivamente o meu pai [...] era um homem super inteligente [...], acho que, se calhar, não tomou as melhores opções de vida para estar na situação em que estava, mas sempre foi uma pessoa que apesar de tudo sempre tinha assim alguma sensatez [...]. O pai, de alguma forma, constitui um mediador intercultural para a construção de um projeto de vida (Velho, 1981, 1994; Boutinet, 1997) para o filho distinto do da origem social.

Relativamente a S2, o irmão mais velho, o pai e o vizinho são as figuras de referência, as *pessoas críticas* no sentido mais positivo para a idealização do seu projeto de vida. A mãe foi identificada como *pessoa crítica* pelo impacto negativo que teve na infância do elemento S2

ela obrigou-me a ir [...] à GNR, e sentei-me no muro da GNR... [...] Sozinha [...] porque eu não queria entrar, né, eu não queria dizer – olha o meu pai bateu na minha mãe – e eu já lá tava, sei lá, para aí há 1 h e tal [...] e eu lembro-me que eles, um GNR veio cá fora [...] e foi ao pé de mim, e eu comecei a chorar, ele levou-me para dentro, deu-me um copo de água, e não sei quê, e teve ali a falar comigo, [...] e eu depois disse – o meu pai bateu na minha mãe, e eu disse-lhe – eu não queria, eu não queria vir aqui porque ela [...] também estava a picá-lo [...] eu depois não queria ir para casa porque tinha medo [...] ainda sou um bocadinho revoltada contra ela [...] (S2).

A idealização de um projeto de vida distinto do da origem foi mediado, no caso de S2, pelo pai e pelo vizinho.

Sobre o S3 e S4 não foi possível identificar pessoas críticas específicas em relação à infância.

O maior *incidente crítico* na vida de todos os sujeitos entrevistados, apesar da diversidade das histórias de vida estudadas, é o momento da saída da família para integrar o acolhimento institucional. As palavras de S2 são bem ilustrativas a este propósito:

Eu estava em casa, com os meus irmãos [...] eu ainda tentei fugir [...] e eu lembro-me que vinha, uma mulher polícia, um polícia, e outra pessoa qualquer [...] que devia ser [...] sei lá uma assistente social, não sei. Porque eu lembro-me que vinha uma mulher polícia porque eu estava de pijama e ela foi connosco para o quarto, e ficou-nos a trancar a porta para nós mudarmos de roupa e nos vestirmos [...].

Compreendemos que um momento bastante presente na memória dos sujeitos estudados é o momento de saída de casa e a integração na instituição de acolhimento residencial. Percebemos, assim, que a forma como é trabalhada a saída do agregado familiar e a respetiva entrada na instituição é crucial para todo o processo de acolhimento. Estamos aqui perante a importância da mediação intercultural, referenciada ao longo deste capítulo, na medida em que mostra a comunicação necessária, no processo de transição entre a família e o espaço institucional, conjugadamente com as instâncias em matéria de infância e juventude (CPCJ ou Tribunais). Por isso defendemos que esta transição deveria ocorrer, sempre que possível, de forma planificada através da aproximação gradual

entre as partes, pelo afeto, pela informalidade e pela compreensão mútua. Tendo em consideração que nem sempre essa preparação é possível, percebemos que, inevitavelmente, ocorrem situações que identificamos como transição *não-normativas* (Bronfenbrenner, 1917–2005) onde as crianças e jovens vivenciam uma explosão de emoções fortes e choques de cultura inter e intrapessoais.

Período do acolhimento

No que concerne ao momento do acolhimento, compreendemos que três dos acolhidos têm lembranças bem presentes do primeiro dia e da forma como foram rececionados na instituição. A narrativa de S3 é bem ilustrativa da importância desta memória:

lembro-me, o primeiro dia, [...] embora aquilo fosse assim um bocado chocante ... no final do dia lembro-me que até não desgostei porque acima de tudo, qualquer miúdo com 10 ou 12 ou até mesmo 15, chega a um sítio com 50 ou 60 miúdos é pá, tipo, é brutal, e a gente nem sequer se lembra o que se está a passar na realidade [...]. Depois a educadora ... começou a mostrar-me a casa, a apresentar-me os miúdos, essa coisa toda, depois lembro-me que fui almoçar e depois à tarde, foi quando comecei a interagir com os miúdos [...]

Assistimos aqui ao exemplo de um momento crítico, do ponto de vista positivo, que parece constituir a semente do sucesso da residencialização para o sujeito S3. Já no caso de S1 e S2, o momento do acolhimento constitui-se num momento de grande tensão e conflito. Ambos desconheciam o que iria acontecer. Só foram informados aquando integração na instituição pela técnica de acolhimento.

Refletindo sobre as suas dinâmicas e fatores institucionais, começamos por observar que as instituições identificadas continuam a revelar um espaço físico de grandes dimensões e acolhem entre 30 a 40 crianças, como os próprios referem: «[...] à volta dos 40 [...] é a capacidade daquilo [...]» (S1), «[...] Era 30, 30 e poucos eu recordo-me [...]» (S2) «[...] houve várias oscilações 38, 42 [...]» (S4).

Este aspeto negativo do acolhimento distancia-se do ambiente individualizado, acolhedor, familiar e, portanto, mediador (Alves, 2007; Pereira, 2013, Quintãns, 2009; Santos, 2010). No entanto, e após análise das entrevistas, observa-se que os sujeitos não enfatizam essa questão, sublinhando, pelo contrário, que era um espaço como «a nossa casa» (S1), «chegava a casa» (S2), «ir a casa» (S3), «acabamos por ver essas pessoas como «mães» (S4). Assistimos ao

poder transformador das crianças e jovens que conseguem nessa lógica do «1 e 1 =3» (Vieira, 1999), não só ser resilientes como, também, transformar os aparentes obstáculos em momentos de sucesso e de memórias de grande afeto.

Relativamente à partilha duma instituição com uma grande heterogeneidade etária, os sujeitos sublinham a mais valia de terem pares mais velhos que potenciam a comunicação e a mediação intercultural. Nas suas próprias palavras, por:

(1) terem a quem recorrer para esclarecimento de dúvidas: «nós não vamos perguntar às miúdas da nossa idade porque nós não sabemos, vamos perguntar às mais velhas porque elas já sabem, já passaram por isso» (S1);

(2) terem modelos a seguir ou, pelo contrário, a não seguir, ou seja, *enquanto pessoas igualmente críticas* (Woods, 1993): «por norma o pessoal mais velho naquela altura estava todo orientado...» (S3);

(3) serem possíveis orientadores, mediadores de tensões e conflitos diversos: «esse pessoal é que metia a ordem, pronto se havia confusões, se havia, se alguém andasse à chapada, aparecia sempre um desses mais velhos» (S3).

No que respeita às questões escolares, S3 refere que o acompanhamento da instituição nesta matéria era exemplar:

[...]. Bastante, isso aí é uma daquelas coisas que por muito que um pai e uma mãe consiga, nunca consegue ter a mesma ligação que tem uma casa destas, pelo menos na altura quando foi da SS... Pronto é o trabalho deles, estão ali um dia inteiro, só fazem aquilo, pronto, não escapava nada, nada [...].

Carvalho (2013) realça que uma das responsabilidades do acolhimento institucional é promover a educação e o acesso ao ensino. Nos casos estudados, compreendemos que a frequência escolar também ocorre exteriormente à instituição, contrariando assim o *fechamento* das *instituições totais* de Goffman (1961) e, ainda, potencializando a (re)socialização das crianças e jovens junto da comunidade envolvente. Foi possível observar que a comunicação cuidador-escola, a existência de espaços físicos apropriados aos trabalhos e estudo, a existência de recursos (mesas, cadeiras, computadores, livros, internet, etc.), o acompanhamento técnico de proximidade e os cuidadores que valorizam os hábitos de estudo, bem como a existência de adultos de referência que prestem apoio e reforço, são elementos fundamentais de mediação para a formação, a transformação de si e para uma educação positiva no âmbito do acolhimento residencial.

Conseguimos também perceber que a frequência escolar e a atenção ao estudo é considerada pelos sujeitos como tendo sido uma prioridade das instituições onde estiveram acolhidos. A este propósito, tanto S1 como S2 referem que se vivessem com os progenitores não conseguiriam estudar como nas casas

de acolhimento. Estamos, uma vez mais, perante a capacidade que as crianças e os jovens têm em transformar episódios constrangedores, e mesmo estigmatizadores, em potenciais marcadores de uma identidade positiva. De novo o «1 e 1 = 3» (Vieira, 1999).

De igual modo, no que toca a cuidados de saúde gerais e específicos todos os elementos referiram serem sempre assegurados:

havia sempre essa preocupação a questão de saúde, se estava bem e se não está bem e se precisa de alguma coisa, sempre houve muito esse acompanhamento, isso houve, por parte da ginecologia e tudo ... mesmo a questão das consultas de planeamento familiar e tudo. (S1)

Também aqui há um reconhecimento da importância da institucionalização no tocante ao acompanhamento de saúde, cuidados pessoais dos quatro biografados, cuidados que reconhecem que dificilmente teriam tido nas suas famílias.

Esta é uma questão de grande importância para o cumprimento das atuais funções das casas de acolhimento. Todos os elementos referiram que a prestação de cuidados de saúde estavam assegurados, nomeadamente através de consultas de Clínica Geral e, também, de especialidades médicas, tendo sempre em consideração a necessidade de cada um. É também promovido nas instituições o acesso às terapêuticas prescritas pelos profissionais de saúde.

Ainda relativamente às vantagens que os quatro sujeitos reconhecem em ter usufruído vivendo em instituições de acolhimento, todos consideram as regras e rotinas como algo essencial à sua formação, sendo que as regras implementadas eram regras de respeito e convivência, bem como regras associadas às rotinas (Dubar, 1997; Jares, 2001, 2007). As rotinas estavam associadas à planificação das atividades de satisfação das necessidades básicas (higiene, alimentação, etc.), de educação (estudo, trabalhos, etc.), bem como a atividades domésticas (arrumar o quarto, limpar a copa), sendo também estas atividades de índole bastante formativo.

No seguimento da imposição de regras surgiam também castigos para quem não as cumprisse. S1 refere-se a estes como «medidas reparadoras» identificando-as usualmente como atribuição de duplicação das tarefas que já possuíam normalmente, consciência e reflexividade que se torna educadora e transformadora do *self*: «limpar as paredes [...] depois houve uma altura que era a parte da copa, do refeitório e da cozinha, supostamente a pessoa tinha que fazer tudo, à noite, depois do jantar, era o castigo» (S1). Já S2 refere «Ó pá era do tipo coisas estúpidas, mas que tu ficavas danada né (risos) tipo ou não saias, ou ficavas sem ver televisão, ou ias para a cama mais cedo, ou, tipo imagina aquilo tinha horas de deitar diferentes».

No sentido de promover a autonomização dos jovens muitas vezes as competências básicas são transmitidas através das tarefas diárias

[...] ter que ir para a costura [...] a questão da cozinha era uma questão que requeria algum cuidado, então eram sempre escolhidas as pessoas mais velhas da instituição para evitar não é, que aquilo não corresse bem [...] hoje em dia cozinho e cozinho bem, e gosto de cozinhar e há coisas que eu aprendi efetivamente de estar lá muitas vezes a ver, a aprender como é que se fazia [...] (S1)

S2 referiu também que

[...] tínhamos umas reuniões semanais [...] então depois elas falavam-nos das compras, e onde é que agente havia de comprar, e onde é que os congelados eram melhor [...] e ah depois tínhamos que fazer comer de vez em quando que era para aprender. [...] nós tínhamos x dinheiro e nós tínhamos que nos orientar com aquele dinheiro pó mês todo [...].

Relativamente ao relacionamento com a família biológica ou de afeto (Santos, 2016) estas são referidas não tanto como fonte formadora de competências, assunto que remetem para a formação dentro da instituição, mas, essencialmente, como reguladores emocionais e afetivos onde buscavam, nas visitas de fim-de-semana e de férias, o equilíbrio emocional e tranquilizador:

[...] Tive um padrinho, uma pessoa que me acolheu [...] para eu poder lá passar os fins-de semana [...] era diferente, também tínhamos outras coisas, começamos a, a ganhar outros valores, valores a nível pessoal [...] começamos a ganhar alguns hábitos também [...] Sim, uma família. Sim é bastante importante.

Assim, e em consonância com o relato dos entrevistados, a existência de *modelos críticos positivos* fora do acolhimento residencial é uma mais valia para experienciar outras vivências ausentes do sistema residencial. Estes modelos constituem-se como recursos para a (re)construção identitária e a mediação intra e interpessoal no assegurar da autonomia dos sujeitos residencializados.

Todos os elementos identificam dentro da instituição de acolhimento uma pessoa de referência: uns, os auxiliares; outros a diretora técnica da casa; e outros as educadoras que são vistas pelos entrevistados como fundamentais para o sucesso de uma situação de acolhimento: [...] a diretora, porque eu sempre tive uma relação, uma relação muito boa com ela, ainda hoje tenho e, e ela, ela falava muito comigo [...] porque ela foi... foi uma mãe para mim [...] (S2).

O acolhimento residencial é mais do que a substituição parental ao nível dos cuidados básicos, podendo e devendo ser promotor de vínculos afetivos e de proximidade. Esta afetividade surge junto das dinâmicas diárias da casa de acolhimento, com proximidade e numa abordagem individualizada e personalizada. Como refere Brazelton e Greenspan (2002: 32) «as relações afetivas contínuas são as bases primárias mais importantes para o desenvolvimento das capacidades essenciais da criança, intelectuais, sociais e morais», assim, o acolhimento residencial é uma resposta importante de apoio social e afetivo. Neste contexto, concluímos que a existência de relações afetivas entre sujeitos e cuidadores são de extrema importância para o equilíbrio e estabilidade emocional dos sujeitos.

Outra questão de grande relevância para o acolhimento residencial enquanto resposta de promoção e proteção com sucesso prende-se com dois processos fundamentais, o projeto de vida e o processo de autonomização dos jovens.

No que concerne ao projeto de vida dos quatro sujeitos residencializados, conseguimos perceber que o mesmo foi sendo (re)construído ao longo dos anos mediado, direta e indiretamente, pelos profissionais, pelos adultos significativos e por si próprio. A legislação aludida atrás (LPCJP, 2001, 2003, 2015) vem, justamente, retomar um conceito fundamental dos estudos biográficos e do desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos na socialização, na ressocialização, na educação, na reeducação ainda que num formato algo fechado. Efetivamente, de acordo a LPCJP, os projetos de vida passam pela reintegração familiar, autonomização e adoção. Estes podem, contudo, ser dinâmicos e ser alterados ao longo do acolhimento institucional, podendo iniciar-se com uma previsível reintegração familiar e, posteriormente, alterar-se para autonomização. Para o sucesso da (re)configuração dos sujeitos, o projeto de vida enquanto plano individual e personalizado para o futuro de cada criança e jovem, que deve ser programado desde a chegada deste à instituição até à sua saída, é uma das funções centrais dos interventores em acolhimento residencial. A sua definição e concretização deve ocorrer em articulação com o jovem e, caso se perspetive a reintegração familiar, com a própria família, isto é, de uma forma mediadora.

No caso de S1 a «[...] reintegração no seio familiar [...], à medida que os tempos foram passando é que se tornou visível que essa situação não era possível. [...]», configurando a emergência do oblato conceptualizado no ponto 2, uma vez que há uma consciência da necessidade de cortar com o passado.

Quanto a S2, viveu na ambivalência entre sair ou permanecer na instituição. Acabou por sair apenas aos 21 anos, por opção, embora sempre mediada pela instituição que ajudou a encontrar o caminho no tempo certo. O projeto de vida

passou pela autonomização que foi preparada tendo em conta o superior interesse da jovem.

A autonomização continua a ser a medida de promoção e proteção com maior incidência nas crianças que se encontram em acolhimento residencial. Segundo o Relatório CASA (2016) umas das funções dos interventores/cuidadores passa por programar a autonomização dos jovens e promover ferramentas para o sucesso desta. Assim, torna-se fundamental que as casas de acolhimento desenvolvam ferramentas e recursos de modo a promover as competências necessárias para uma autonomia segura. Este processo deverá ser capaz de estabelecer relações, formar vínculos com sistemas externos ao acolhimento: amigos, família alargada, outros adultos significativos da comunidade; promover competências habitacionais (cozinhar, ir às compras, limpeza, conservação de alimentos, etc.); capacitar no sentido da gestão de recursos económicos e serviços (banco, gestão económica, segurança social, etc.); fomentar a escolaridade, formação e emprego; fomentar hábitos de saúde e informação. Estas competências facilitam a integração social, construída no quotidiano e em permanência. Contudo, mais uma vez, realça-se que estas devem ser desenvolvidas no quotidiano e em permanência na fase de acolhimento (Palaio *et al.*, 2015).

Os *incidentes críticos / fases críticas e pessoas críticas* (Flanagan, 1954; Sikes *et al.*, 1985; Vieira, 1998, 1999, 2004) são o momento do acolhimento residencial, são as estratégias de integração, o desenvolvimento de projeto de vida real e coeso e todo o processo de autonomização. As *pessoas críticas* são, sem dúvida, as pessoas de referência a nível institucional (educadoras, professores, diretores técnicos, etc.). No período de acolhimento residencial estas são as fases e pessoas que podem influenciar e promover alterações internas nos sujeitos, alterações essas que podem definir toda a sua trajetória de vida e que estão na génese das reconstruções identitárias e de projetos de vida futuros.

O acolhimento permitiu a estes jovens a aquisição de competências pessoais, sociais, económicas e profissionais, tendo conseguido a sua transformação e alcançando um futuro diferente dos ascendentes tornando-se estes sujeitos trânsfugas interculturais no caso do sujeito S2 e oblatos no caso dos sujeitos S1, S3 e S4 (Vieira, 1999, 2009, 2014).

Pós-acolhimento

A saída do acolhimento é uma transição para uma vida mais autónoma e assume um carácter preponderante na emergência de um *self* autónomo. Tal saída pode ocorrer de modo previsível, transição normativa, ou inesperada e

imprevisivelmente, transição não-normativa (Bronfenbrenner, 1996). Assim, S1 e S2 vivenciaram uma transição normativa progressiva, essencialmente por motivos escolares, tendo sempre na retaguarda o apoio da instituição; contrariamente para S3 e S4 a transição foi bastante diferente e mais inesperada. Com S3 foi uma decisão que o próprio tomou quando tinha 17 anos de idade:

[...] uma das coisas que me fez, fez desistir daquela casa foi mesmo isso [...] era não ter ninguém, ninguém com quem me identificasse, que me orientasse, ... fui ao gabinete da diretora, havia um papel para se preencher para sair da instituição... e eu preenchi o papel, às três pancadas e disse-lhe, olha eu quero ir-me embora, vou arranjar trabalho e depois vou para a tropa, pronto. [...].

Com S4 a transição resultou de uma ordem da própria instituição: «[...] eu acho que já tinha 19 na altura [...] Deram-me um prazo, disseram-me no dia x tens que sair [...]».

Atualmente, os quatro sujeitos encontram-se inseridos no mercado de trabalho, garantido o seu próprio sustento e assegurando uma vida social autónoma. Dois deles têm filhos e todos eles têm uma relação afetiva significativa, tendo S1, S3 e S4 cortado o cordão umbilical com a família de origem [oblato] e tendo S2 reconfigurado as relações sociais com a família biológica [trânsfuga intercultural].

Os *incidentes críticos / fases críticas* no período pós-acolhimento são, para os quatro casos estudados, a transição para a saída da instituição e o acompanhamento pós-institucional.

Neste período de pós-acolhimento, nenhum dos casos identifica objetivamente a família biológica como *pessoa crítica*, nem no sentido positivo, nem no sentido negativo. As pessoas que efetivamente são reconhecidas como significativas [críticas positivamente] são aquelas que conheceram durante o período de acolhimento institucional [ex. técnicos, educadores] e no pós acolhimento [ex. amigos, namorados...].

Particularmente, S2 vive atualmente uma relação conjugal, da qual resultou o nascimento de um filho, e mantém laços fortes com a família biológica que se envolve ativamente na educação do neto, configurando o modelo de *trânsfuga intercultural*, conceptualizado no ponto 2. Trata-se do modelo de sujeito que partiu da cultura de origem [família de origem] passando por projetos alternativos que, neste caso, passaram pela institucionalização, por um período de 11 anos, e que se autonomizou a partir da residencialização, conciliando hoje o projeto de vida a três [S2, esposo e filho] com a família de origem, reconhecendo que o passado fora resultado de circunstâncias sociais agora superadas e

reconfiguradas. Efetivamente, a família de origem também se transformou e reeducou abandonando o vício do álcool. Esta trajetória deixa de ser apenas pessoal para ser absolutamente social e promotora da transformação de si e dos outros.

A inexistência de apoio pós-acolhimento pode levar a que os sujeitos se sintam desprotegidos, abandonados, rejeitados e em solidão, sendo esta ausência de apoio pós-institucional um possível constrangimento do acolhimento e prolator de eventuais fracassos aquando da inserção social ou autonomia dos sujeitos.

O estudo permite concluir que muitas vezes a mediação entre serviços é inexistente. Ainda assim, podemos observar, a este nível mais macro, em alguns casos, a mediação transformadora, uma mediação sociopedagógica, nomeadamente quando os sujeitos se encontram em situação de acolhimento residencial. Contudo, após a saída, é pouco visível uma mediação entre estruturas de proteção social, isto é, entre os técnicos da área da promoção e proteção e outros técnicos de comunidades locais no âmbito da ação social, de modo a promover a continuidade do acompanhamento até à autonomização dos sujeitos.

Tendo em conta as funções do acolhimento residencial, a mediação é um recurso fundamental numa intervenção social reabilitadora, educativa, transformadora, pedagógica tal como observamos no estudo dos quatro sujeitos residencializados.

O acolhimento permitiu a estes jovens a aquisição de competências pessoais, sociais, económicas e profissionais, tendo conseguido a sua transformação e alcançando um futuro diferente dos ascendentes tornando-se estes sujeitos trânsfugas interculturais no caso do sujeito S2 e oblatos no caso dos sujeitos S1, S3 e S4 (Vieira, 1999, 2009, 2014).

Em suma, esta investigação mostra que um dos fatores-chave potenciador de um acolhimento de sucesso parece passar por uma intervenção social mediadora, aquela que terá estado presente nas instituições que acolheram estes quatro sujeitos estudados e que se concretizou numa intervenção capaz de compreender antes de agir, estudar antes de atuar, escutar ativamente antes de decidir e, finalmente, aquela que agiu, a partir de cada sujeito, em busca do seu próprio desenvolvimento, capacitação, empoderamento e autonomização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto.
- ALVES, S. (2007). *Os filhos da Madrugada: Percursos adolescentes em lares de infância e juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- AMADO, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- AMORIM, D. (2011). Laços familiares. Consequências e desafios na situação de menores em risco. In M. Leandro (Coord.), *Laços familiares e sociais* (pp. 173-198). Viseu: Psicosoma.
- AZEVEDO, J. (2007). TCA: Trofa comunidade de aprendentes, um projeto de regulação sociocomunitária da educação. In X. Cid e A. Peres (Eds.), *Educação Social, Animação Sociocultural e Desenvolvimento Comunitário* (Vol. 2). Vigo: Universidade de Vigo.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- BOUTINET, J. (1997). *Antropologia do projeto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BRAZELTON, B. e GREENSPAN, S. (2002). *A criança e o seu mundo. Requisitos essenciais para o crescimento e a aprendizagem*. Lisboa: Editorial Presença.
- BRONFENBRENNER, U. (1989). *Ecological system theory*. Annals of Child Development.
- BRONFENBRENNER, U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- CARVALHO, M. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Amadora: Mergulhar em Ideias, Lda.
- COIMBRA, A., FARIA, A. e MONTANO, T. (1990). ANOVA: Centro de apoio e intervenção na crise para crianças vítimas de maus tratos. In *Análise Psicológica*, 8(2), 193-201.
- COSTA, P. (2017). *A influência das experiências de acolhimento institucional na (re) construção identitária*. Dissertação de mestrado do curso de Mediação Intercultural e Intervenção Social. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Leiria.
- CUNHA, P. e LOPES, C. (2001). Em torno dos conceitos de Mediação: algumas ideias base. In *Antropologias*. N.º 5.
- DELGADO, P. (2002). *A Participação como Processo de Construção de Responsabilidade na Intervenção Educativa junto de crianças e Jovens em Risco* (Tese de Doutoramento não editada). Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.
- DUBAR, C. (1997). *A socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto: Porto Editora.
- DURKHEIM, E. (1998). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- FARIA, S. e VIEIRA, R. (2016). Epistemologia e metodologia em mediação e ciências sociais. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 105-124). Porto: Edições Afrontamento.
- FLANAGAN, J. (1954). La technique de l'incident critique. In *Revue Européenne de Psychologie Appliquée*, V. 4, n. 2, p. 165-185.
- GASPAR, J. (2014). *Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados*. (Dissertação de Doutoramento em Psicologia da Educação não editada) Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Consultado em 3 jan. 2014. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25245/1/Tese%20Jo%C3%93%20Pedro%20Gaspar.pdf>.

- GIMÉNEZ, C. (2001). Modelos de mediación y su aplicación en mediación intercultural. In revista *Migraciones*, n.º 10. Madrid: Edita Universidad Pontificia de Comillas.
- GIMÉNEZ, C. (2010). *Interculturalidade e Mediação*. Lisboa: ACIDI,IP.
- GOFFMAN, E. (1961). *O Manicômios, Prisões e Conventos*. Consultado em 10 out 2016. Disponível em <http://www.observasmjc.uff.br/psm/uploads/Manicomios-prisoee-conventos.pdf>.
- GUERRA, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia.
- INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL (2017). *CASA 2016 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I.P.: Departamento de Desenvolvimento Social e Programas/ Unidade de Infância e Juventude.
- JARES, X. (2001). *Aprender a conviver*. Vigo: Ed. Xerais.
- JARES, X. (2007). *Educação e Conflito: Guia de Educação para a Convivência*. Porto: Ed. Asa.
- LEI 142/2015, de 8 de setembro. *Diário da República n.º 175/15 – I Série A*. Lisboa.
- LEI n.º 147/99, de 1 de setembro. *Diário da República n.º 204/99 – I Série A*. Lisboa.
- LEI n.º 31/2003, de 22 de agosto. *Diário da República n.º 193/99 – I Série A*. Lisboa.
- MAALOUF, A. (1999). *Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel.
- MARQUES, J., FARIA, S., SILVA, P., VIEIRA, R., e LOPES, S. (2016). A prática da investigação no estudo da interculturalidade. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 125-156). Porto: Edições Afrontamento.
- MARTINS, P. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais*. Comunicação apresentada no VI encontro Cidade Solidária Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATIAS, C. (2016). *Projetos de vida labirínticos: Uma opção de vida ou uma vida sem opção?*. Dissertação de mestrado do curso de Mediação Intercultural e Intervenção Social. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Leiria.
- MORIN, E. (2002). *Reformar o Pesamento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- O' Neill, B. (2003). Histórias de vida de professores: a propósito do livro de Ricardo Vieira (Histórias de vida e identidades: Professores e Interculturalidade). In *Educação Sociedade & Culturas*, n.º 19, pp. 227-243.
- PENHA, M. (2000). *Crianças em situação de risco*. Lisboa: Profiss.
- PEREIRA, L. (2013). *Infâncias enredadas: retratos do acolhimento em Portugal*. (Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança: Intervenção Psicossocial com crianças jovens e família – não editado). Consultado em 25 junho 2014. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28892/1/Tese%20Lais.pdf>.
- QUINTÃNS, C. (2009). *Era uma vez uma instituição onde eu vivi: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça não editada). Consultado em 3 jan. 2014. Disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9957/1/Tese_Final_Cla%C3%BAdia_Quint%C3%83ns.pdf.pdf.

- QVORTRUP, J. (1995). From useful to useful: the historical continuity of children's constructive participation. In A. Ambert (Orgs.), *Sociological Studies of Children* (vol. 7) (pp. 49-76). Amsterdam: Guest editor.
- SANTOS, C. (2014). Intervenção social junto das famílias com crianças institucionalizadas. In T. Mendes e P. Santos (Orgs.), *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 185-200). Lisboa: Climepsi editores.
- SANTOS, M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos*. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação não editado). Consultado em 25 jun. 2014. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15593/1/Tese%20Maria%20Adelaide%20Santos.pdf>
- SANTOS, S. (2016). *As famílias de afeto nas casas de acolhimento de crianças /jovens em perigo*. Dissertação de Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social. Instituto Politécnico de Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais.
- SARMENTO, M. e Pinto, M. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In M. Pinto & M. Sarmento (Eds.), *As Crianças: Contextos e Identidades* (pp. 9-30). Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- SERRES, M. (1993). *O terceiro instruído*. Lisboa: Piaget.
- SIKES, P., Measor, L. e Woods, P. (1985). *Teacher Careers: crises and continuities*. Lewes: Flamer Press.
- SILVA, P. (2009). «*Ethnography: a method on the razor's edge*», *Problemy Wczesnej Edukacji / Issues in Early Education*, 2(10), 46-64.
- TORREMORREL, M. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto: Porto Editora.
- VELHO, G. (1981). *Individualismo e Cultura. Notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- VELHO, G. (1994). *Projecto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.
- VIEIRA, A. (2012). Pedagogia Social nas escolas: um olhar sobre a mediação e educação social. *Cadernos de Pedagogia Social* (4). Consultado em 15 maio 2016. Disponível em <http://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/CadernosPedagogiaSocial/CPSocial04.pdf>
- VIEIRA, R. e VIEIRA, A. (2016). Mediações Socioculturais: Conceitos e Contextos. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, e C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 27-56). Porto: Edições Afrontamento.
- VIEIRA, R. (1998). Etnografia e histórias de vida na compreensão do pensamento dos professores. In A. Esteves e J. Azevedo (Eds.), *Metodologias Qualitativas Para as Ciências Sociais* (pp. 49-61). Porto: Universidade do Porto.
- VIEIRA, R. (1999). *Histórias de Vida e Identidades: professores e interculturalidade*. Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, R. (2003). Vidas revividas: a etnografia e a descoberta de novos sentidos. In T. Caria (Orgs.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* (pp. 77-96). Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, R. (2004). *E Agora Professor? A transformação na voz dos professores*. Porto: Profedições.

- VIEIRA, R. (2009). *Identidades Pessoais – interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Lisboa: Edições Colibri.
- VIEIRA, R. (2011). *Ser Igual, Ser Diferente – Encruzilhadas da identidade*. Porto: Profedições.
- VIEIRA, R. (2014). *Life Stories, Cultural Métissage and Personal Identities*. Consultado em 25 jun. 2017. Disponível em <http://sgo.sagepub.com/content/4/1/2158244013517241>.
- VIEIRA, R., MARQUES J., SILVA, P., VIEIRA, A. e MARGARIDO, C. (2016). *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento.
- VIEIRA, R., MARQUES J., SILVA, P., VIEIRA, A. e MARGARIDO, C. (2017). *Conceções e práticas de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Edições Afrontamento.
- WOODS, P. (1993). *Critical events in teaching and learning*. Londres: The Falmer Press.

CAPÍTULO 12

A OPERATIVIDADE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO PSICOTRÓPICO NA INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

José Luís Fernandes

A HEGEMONIA DO DISCURSO CLÍNICO

Quando, na segunda metade dos anos 80, comecei a fazer investigação no campo das drogas havia decorrido apenas uma década sobre a criação dos primeiros dispositivos do «combate à droga», como então lhe chamava o discurso público. O «toxicómano» – designação que rapidamente evoluiu para «toxico-dependente» – era em geral um adicto à heroína, o opiáceo que dominaria a paisagem psicotrópica da Europa ocidental a partir dos finais dos anos 70. O dispositivo médico-psicológico que se foi constituindo assentou na figura do «heroinodependente», alguém que era necessário tratar propondo a abstinência como condição para a relação terapêutica.

Foi deste dispositivo que emanou o discurso explicativo sobre a adição. A proposta era de raiz clínica, o «heroinodependente», mais do que alguém a ser olhado como um delinquente – visão que emanava por sua vez do dispositivo policial e jurídico-penal e duma boa parte da comunicação social –, devia ser olhado como um doente. Saber se se tratava de patologia inscrita no desenvolvimento psicológico, se se tratava de «doença do cérebro» ou de situação resultante de condicionantes sociais era o debate que animava a comunidade de especialistas, que ia crescendo sobretudo em torno dos centros de tratamento para toxicodependentes

Quando me confrontei com esta visão clínica nos primeiros contactos com os «especialistas da droga» tinha do fenómeno sobretudo um conhecimento forjado na vida comum da cidade: dos colegas de escola que vi passarem das primeiras experiências para consumos regulares e, nalguns casos, tornarem-se adictos, da minha frequência de certos espaços da cidade onde «estavam os dro-

gados», na linguagem corrente dos portuenses. À medida que ia tendo contacto, enquanto estagiário, com os heroinodependentes do serviço público a eles destinado no Porto, gerava-se uma dissonância entre muito do que aí se desenhava como o retrato do adicto e o meu conhecimento comum – no sentido da «common culture» que lhe dão os antropólogos.

De que lado estaria a verdade?, interrogava-me. Fui descobrindo que a questão da verdade não ajudava à minha vontade de conhecimento do fenómeno droga. Cada contexto e circunstância pessoal em que o indivíduo se encontra produz um tipo de verdade – a mesma pessoa pode manifestar um «eu clínico» quando procura ajuda num especialista e um «eu hedonista» quando faz uso das drogas no seu grupo de pertença. «Com efeito, o fenómeno droga tem uma expressão clínica quando aquilo com que contactamos é o sofrimento causado pela dependência de alguém (...)», pode ter mesmo uma dimensão psicopatológica no modo como acelera ou se cruza com certos funcionamentos psicológicos no limite do equilíbrio ou com perturbações mentais pré-existentes; mas tem também uma expressão meramente hedonista em certos tipos de consumidores que não escalam para relações problemáticas com as substâncias psicoativas (nos chamados consumos recreativos), ou ter uma expressão subcultural quando uma determinada droga desempenha um papel simbólico em certos grupos.

Em suma, aprendi que um mesmo indivíduo pode ser «objeto clínico» quando vai a um centro de tratamento porque está preocupado com o seu estado interno – nem que seja porque há uma pressão familiar e/ou social – a obrigá-lo a «tratar-se» – e pode ser simplesmente o utilizador hedonista, em que as drogas ajudam a dar sentido a sociabilidades e a relações grupais. Ser objeto clínico ou não, não depende de algum essencialismo presente na adição a drogas, mas do olhar através do qual damos sentido ao conjunto de condutas a que chamamos «andar na droga»

Poderia ainda aprofundar este questionamento inspirando-me na ideia de regimes de verdade, que Foucault, em *L'ordre du discours*, desenvolve. Nessa altura, por razões da vida académica, andava mergulhado no pensamento foucauldiano, fascinado com a ideia de que são as condições de possibilidade dos enunciados que determinam a formação dum objeto – seja neste caso a dependência e o toxicodependente, ou mais geralmente a relação do indivíduo com drogas – e que estas condições de possibilidade são determinadas pelas relações de poder no interior de instituições concretas. Aquilo que podemos dizer de um dado fenómeno sobre o qual se concentra um olhar especializado não é um campo de possibilidades infinito, mas um estreito caminho determinado pela sua existência como referente dum discurso – e, portanto, não há uma verdade sobre ele, mas um ou vários regimes que o dizem. E o regime que dizia o «dro-

gado», forma popular que o discurso médico-psicológico opera e transforma em toxicodependente – tem as suas condições de possibilidade nas relações de saber-poder que se jogavam nos centros de tratamento para toxicodependentes. Produz-se deste modo um regime de verdade sobre ele que se tornará hegemónico até finais do século e que ainda hoje é dominante.

A DECISÃO DE INVESTIGAR NO CONTEXTO NATURAL

Foi então que tomei a decisão de orientar o trabalho de investigação para os contextos naturais de expressão do fenómeno droga, em contracorrente com um cenário dominado pelo discurso clínico, pela leitura psicopatológica do «toxicodependente» (não raro confundindo consumo com dependência) e pelo modelo da abstinência. Esta decisão aproximar-me-ia dos antropólogos, aprendendo com eles a observação em contexto natural, procurando estreitar relações com os autóctones até chegar à possibilidade da observação participante, e aprendendo a realizar um estilo de pesquisa que, tendo origem na antropologia cultural, é hoje transversal a várias disciplinas: a etnografia. Estava, afinal, à procura de outras possibilidades enunciativas, a partir de outra materialidade de produção do fenómeno droga – e, portanto, à procura de um regime de verdade alternativo ao hegemónico.

Realizei assim a minha primeira etnografia na Ribeira do Porto entre 1986 e 1990. A Ribeira, hoje cenário de um turismo de massas, era nessa altura o principal concentrador juvenil da cidade, predominando nalguns grupos a cannabis, mas também algumas substâncias alucinogénias. Estas sociabilidades de rua eram muito inspiradas pelo imaginário da pop-rock anglo-saxónica e os consumos de drogas faziam parte de um estilo próximo da subcultura freak, que herdava alguns elementos expressivos da subcultura hippie dos anos 60.³³

Entrados nos anos 90, o «mundo da droga» era progressivamente tematizado pelos meios de comunicação social em torno das figuras do «traficante», do «heroinodependente», do «toxicodependente», dos «bairros das drogas» e do aumento da pequena criminalidade conexas. Agravando ainda o alarme social surgia a evidência da ligação dos consumos por via intravenosa ao VIH/Sida, que por si só já era um tema de grande potencial de intranquilidade pública, e a crise no sistema penitenciário provocada pela chegada à prisão dum número

(33) Ver Luís Fernandes (1990). Para uma psicologia ecológica dos usos de drogas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 6, pp. 55-66; ver também Luís Fernandes (1990). *Os pós modernos ou a cidade, o setor juvenil e as drogas*. Porto: FPCEUP (tese de mestrado, não publicada).

crecente de consumidores e vendedores de drogas. Muitos destes recém-chegados ao sistema carcerário eram oriundos de territórios psicotrópicos que se foram formando no interior de bairros sociais de Lisboa e Porto. Esta evolução do fenómeno droga, retroalimentada por uma comunicação social que explorava o seu potencial emotivo como espetáculo, estaria na base da minha decisão de escolher um dos mais mediáticos «bairros das drogas» no Porto, o Aleixo, para o trabalho etnográfico seguinte³⁴. A partir de 1992 encetaria pesquisa de terreno noutros bairros igualmente etiquetados e também situados na periferia ocidental da cidade³⁵.

O TERRITÓRIO PSICOTRÓPICO

Este contacto proximal com consumidores e vendedores de drogas duras – quase exclusivamente heroína e base de coca – poria em relevo a organização espacial do fenómeno. Utilizei a noção de território própria ao campo da etologia, que se mostrou de grande operatividade para a leitura dos dados empíricos fornecidos pela observação naturalista, pelas entrevistas e pela recolha de testemunhos de informantes.

Foi neste contexto de contacto proximal com o lado mais sinalizado como de gravidade pelo discurso público que propus a noção de território psicotrópico. Não irei aqui debruçar-me sobre ela, remeto para os vários artigos onde a fui trabalhando³⁶. Quero salientar, isso sim, as possibilidades que a noção abriu na leitura dos dados empíricos. E quando digo território refiro-me a uma família de noções que o desdobram, permitindo uma leitura mais fina da relação entre os indivíduos e os seus contextos de ação, como o «territorial functioning», o «behavioral setting», o enraizamento ou a identidade de lugar³⁷.

(34) Ver Luís Fernandes e Cândido Agra (1991). *Uma topografia urbana das drogas*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga.

(35) Ver Luís Fernandes (1998). *O sítio das drogas*. Lisboa: Editorial Notícias

(36) Ver por exemplo Luís Fernandes (1993). *Territórios psicotrópicos*. In C. da Agra (ed). *Dizer a droga, ouvir as drogas* (pp. 195-225). Porto: Radicário; Luís Fernandes (1998). *O sítio das drogas*. Lisboa: Editorial Notícias; Luís Fernandes e Marta Pinto (2004). El espácio como dispositivo de controle, *Humanitas*, 5, pp. 147-162; Simão Mata e Luís Fernandes (2018). Questões metodológicas de uma revisitação etnográfica a territórios psicotrópicos do Porto. *Etnográfica*, 22(2), pp. 311-333.

(37) Todos estes conceitos têm sido desenvolvidos pela psicologia ambiental. Para uma abordagem introdutória ao racional epistemológico e às principais áreas e conceitos da psicologia ambiental ver Gustave Fischer (1994). *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Editora Piaget.

Esta rotação do olhar em direção a uma perspetiva transacional indivíduo-ambiente permitiu, em primeiro lugar, ganhar distância em relação à leitura clínica e psicopatológica, no interior da qual era lida toda a relação com as drogas ilegais, mesmo que ela não fosse de dependência. Juntar-nos-íamos assim à crítica do reducionismo individualizante e do aprisionamento do objeto droga pelo racional medico-sanitário. Esta crítica estava já em curso em domínios como o movimento das alternativas psiquiátricas à psiquiatria manicomial (tendo em Thomas Szasz ou David Cooper as suas figuras cimeiras), na criminologia crítica (destaco no objeto droga Jock Young), na abordagem antropológica e etnobotânica trazida pela antropologia cultural, ou nos campos da antropologia da saúde e da antropologia urbana. Com efeito, a antropologia da saúde mostrava como o fenómeno droga não pode ser desligado do processo de medicalização de massas que se inicia no século XIX e não para de intensificar-se até aos dias de hoje, e a antropologia urbana mostra como a introdução da cannabis, primeiro, e duma diversidade de psicotrópicos em seguida não acontece pela suscetibilidade individual à adição, mas como prática com sentido expressivo e simbólico no seio de subculturas juvenis que remontam aos anos 60³⁸.

No caso concreto do nosso trabalho e de outros que se inscreveram no mesmo estilo de pesquisa e racional de leitura³⁹, pudemos salientar o quanto os «bairros da droga» eram comunidades com uma história de fragilidades estruturais e de míngua económica que criavam condições para a instalação de economias alternativas e do trabalho informal que elas cooptam e promovem. Assim, os territórios psicotrópicos no seu interior ou em zonas contíguas a estes são importantes pontos de um mercado de venda de drogas ilegais que estrutura relações sociais, mas que está também no centro de dinâmicas conflituais na sua interface com as zonas envolventes, e que funciona com as regras normais de qualquer mercado, por muito que seja olhado como desviante a partir de fora.

O tipo de controle exercido sobre estas atividades, assente na repressão policial e na divulgação mediática destas ações, ia aumentando a imagem negativa

(38) Na antropologia da saúde remetemos para os trabalhos do departamento de antropologia social da Universidade Rovira i Virgili de Tarragona, em particular para Josep Comelles e Oriol Romani; para a antropologia urbana remetemos para o clássico *Resistance through rituals*, de Stuart Hall e Tom Jefferson, obra seminal do Center for Contemporary Cultural Studies, ou para todo um conjunto de investigações realizadas em contexto de rua, de que uma boa síntese se encontra na revista *Humanitas* – volume monográfico n.º 5, «Uso de drogas y drogodependencias»).

(39) Por exemplo as etnografias de Miguel Chaves ou de Luís Vasconcelos, ambas tendo como território psicotrópico o Casal Ventoso: Miguel Chaves (1999) *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*. Lisboa: Imprensa de Ciências sociais; Luís Vasconcelos (2004) *Heroína: Lisboa como território psicotrópico nos anos 90*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

destas comunidades. O estigma que assim se amplificava tornava-as homogêneas – isto é, vistas de fora pelo cidadão comum estaríamos perante bairros onde a suspeita da droga era generalizada a todos os seus habitantes, legitimando deste modo as ações policiais e autorizando o não raro recurso à violência⁴⁰.

Enfim, o toxicodependente atendido nos centros de tratamento e a quem era proposta uma terapia que, regra geral, pressupunha ou tinha como horizonte a abstinência, tinha afinal um contexto de vida bem mais complexo do que a visão individualizante do dispositivo clínico supunha. «Doença do cérebro» ou adição resultante de falhas estruturais no percurso desenvolvimental do sujeito eram pouco quando conhecíamos os seus contextos de vida marcados pelo estigma, pela exclusão e pelo sofrimento social. O sofrimento psicológico do adicto tem no sofrimento social a sua raiz. E o sofrimento social é potenciado quando um dado espaço é visto como «propriedade» de «agarrados» e de «traficantes» – porque toda a comunidade local é desqualificada e o estigma que sobre si se abate afasta-a ainda mais da cidade dominante, reforçando o ciclo da exclusão.

Para todos quantos conheciam o fenómeno droga a partir de dentro – das zonas urbanas e periurbanas onde assumia as suas formas mais destrutivas – as abordagens em que assentava o dispositivo medico-sanitário mostravam-se limitadas e insuficientes, quando não ignorantes mesmo das realidades existenciais dos adictos nestes contextos da periferia desqualificada. A escalada do VIH e da Sida nos utilizadores de drogas, sobretudo nos que faziam consumos intravenosos, bem como a crise de disciplina vivida no interior das prisões portuguesas, viriam acrescentar a desconfiança em relação a um «combate à droga» que, do lado da redução da oferta, só conhecia a linguagem da «war on drugs» e do lado da redução da procura estava capturado pelo reducionismo individualizante.

A EMERGÊNCIA DA REDUÇÃO DE RISCOS E MINIMIZAÇÃO DE DANOS

Estes anos em que desenvolvia as minhas primeiras etnografias em «bairros das drogas» eram também aqueles em que, nos países da Europa ocidental, se ia

(40) Trato o tema da violência estrutural que tem como legitimação a estigmatização de um determinado bairro como «degradado e dominado pelos traficantes» em Luís Fernandes (2006). Figuras da vitimação coletiva. *Revista Europeia de Inserção Social*, vol. 1, n.º 1, pp. 57-78 e em Luís Fernandes e Tiago Neves (2010). Controlo da marginalidade, violência estrutural e vitimações colectivas. In Carla Machado (ed.). *Novas Formas de Vitimação Criminal*. Braga: Psiquilíbrios Edições.

produzindo a convergência de vários questionamentos daquilo a que muitos chamavam a «crise urbana», e em que o fenómeno droga, o aumento das predações, dos ilegalismos, da pequena criminalidade e do sentimento de insegurança eram signos maiores. Desta convergência de questionamentos destacamos a visibilização do fenómeno a que as instâncias comunitárias e logo depois os cientistas sociais chamariam «exclusão social», mostrando como a pobreza, a segregação, as clivagens etno-nacionais em que grupos minoritários eram colocados sob suspeita, estavam incrustadas e em crescimento em pleno centro das sociedades do capitalismo avançado⁴¹. Se destacamos estas figuras é porque todas se relacionam com o fenómeno droga: o mercado de retalho deste situava-se maioritariamente em zonas «de exclusão social», muitos dos seus agentes ativos eram «de minorias etno-nacionais migrantes», o «mundo da droga» era o fator que legitimava a segregação e posterior intervenção de controle sobre certos espaços das grandes urbes.

A estes questionamentos devemos juntar a crescente presença no debate público do movimento anti-proibicionista, que evidenciará o modo como as políticas criminalizadoras geram uma série de efeitos de potenciação daquilo que procuram combater (de ano para ano aumenta a oferta de drogas no mercado, surgem permanentemente novas substâncias psicoativas, cresce toda uma economia criminal ligada às drogas, as prisões ficam sobrelotadas com consumidores e vendedores, crescem as doenças infecciosas, cresce o orçamento dos Estados para o combate à droga em contraciclo com a falta de recursos financeiros...). Surgem também as primeiras associações de utilizadores de drogas (em Portugal a primeira aparece em 2008), que reivindicarão o direito ao uso de drogas, em nome da liberdade cidadã, da autonomia e responsabilidade individual e dos direitos humanos (na crítica às múltiplas violências que o «combate à droga» gerava).

Em suma, várias vozes no espaço público convergem na denúncia da falência da «war on drugs» e das enormes limitações dum dispositivo medico-sanitário fechado sobre a sua própria lógica interna de autorreprodução. É neste contexto de ineficácia do dispositivo oficial de «combate à droga» e de contestação das políticas vigentes que começam a ser ensaiadas novas respostas interventivas junto dos consumidores em situação mais difícil. Serão respostas de proximidade, que apostam na acessibilidade dos utilizadores que a condição de marginalidade mantinha afastados dos centros de tratamento.

(41) Salientamos a este respeito três obras importantes: Pierre Bourdieu (ed) (1993). *La misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil; Serge Paugam (ed) (1996). *Exclusion: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte; Loïc Wacquant (2006). *Parias urbains*. Paris: La Découverte.

É assim que começam a deslocar-se aos principais territórios psicotrópicos de Lisboa e do Porto equipas que procuram educar para um consumo de menor risco, promovendo a troca de material para consumo intravenoso de heroína (a «troca de seringas», como viria a ser conhecida), o despiste rápido de doenças infecciosas e o encaminhamento para as estruturas da rede social e de saúde. Outro ponto importante desta nova forma de trabalho era o não-ajuizamento do facto de alguém ser consumidor duma substância que a lei proibia, promovendo a aceitação do utilizador de drogas independentemente de estar ou não em fase ativa de consumo. Davam-se assim no Portugal da segunda metade dos anos 90 os primeiros passos duma política no campo das drogas que viria a ser conhecida como redução de riscos e minimização de danos, inspirada pelas experiências inovadoras desenvolvidas em vários países, com destaque para a Holanda e a Suíça.

Os principais territórios psicotrópicos, de que o Casal Ventoso em Lisboa e os bairros do Aleixo e de S. João de Deus no Porto eram os exemplos maiores, passarão a dispor de respostas de redução de riscos e minimização de danos e de interlocução entre estes profissionais e estruturas e coletividades locais. A lei que em 2001 descriminaliza o consumo de todas as drogas em Portugal consagra também no texto legal as principais medidas desta nova política sanitária e social. Esta forma de intervenção no campo das drogas representou para mim e para um conjunto de investigadores que faziam do contexto natural o seu «laboratório» (e que em Portugal se contavam pelos dedos duma única mão...) o encontro entre o conhecimento produzido pelos investigadores e as preocupações interventivas dos profissionais. O território psicotrópico, lugar de encontro de atores e práticas em torno das drogas, era agora também lugar do encontro entre investigadores das ciências sociais e os profissionais que apostaram numa abordagem comunitária.

Os trabalhos que, em Portugal como em muitos outros países, foram aprofundando no terreno o conhecimento dos atores e dos territórios psicotrópicos permitiriam colocar em causa o estereótipo do «drogado», evidenciando os mecanismos de produção de segregações e exclusões de que as trajetórias mais problemáticas eram expressão. Um conhecimento construído na proximidade e na descoberta das lógicas de ação e dos mundos vivenciais destes atores permitiu disputar crenças e preconceitos enraizados, utilizando sempre que possível a comunicação social como instrumento para esta disputa. O trabalho de mediação começa no modo como este conhecimento pode ser levado ao debate público – que no campo das drogas é fortemente polarizado – de modo a abrir caminho para a mudança de representações sociais. Esta mudança é essencial para a possibilidade de discussão e de implantação de políticas interventivas que superem

o monolitismo do dispositivo de «combate à droga» convencional. E bem podemos estar satisfeitos, porque o Portugal do novo milénio conseguiu realizar mudanças importantes e o «modelo português», como tem vindo a ser chamado, é hoje observado pela comunidade internacional como exemplo de coragem na mudança e de implementação de boas práticas.

Sobre os autores

Nelson José Nunes Araújo

Nascido em 1975, na Marinha Grande.

Licenciado em Teologia pela Faculdade de Teologia de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa (2001) e em Serviço Social pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) (2011).

Adjunto do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande entre 2015 e 2017, é desde outubro de 2018, Chefe do Gabinete da Presidente na mesma Câmara Municipal.

Humanista e apaixonado pelas Questões Sociais, decidiu fazer o Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social por sentir que este é um campo no qual se trava a batalha por um futuro melhor para todos.

As políticas públicas e a mediação intercultural para a inclusão social são as questões que mais o motivam.

Luís Baptista

Professor Catedrático no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É coordenador dos CICS.NOVA Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

É agregado em Sociologia, disciplina de Sociologia Rural e Urbana, 2003; Doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997; e Mestre em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa; pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.

Coordena o curso de Doutoramento em Estudos Urbanos organizado em associação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL) e o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Maria João Leote Carvalho

Investigadora, Doutorada em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a realizar Pós-Doutoramento com o apoio da FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia no CICS.NOVA.FCSH NOVA, onde coordena a equipa de investigação «Direitos, Políticas e Justiça». Desde 1987, tem desenvolvido investigação nas áreas da sociologia da infância e juventude, Direitos da Criança, sistemas de justiça juvenil e de proteção de crianças e jovens em risco, delinquência, crime e violência e estudo dos media. Durante 16 anos (1987-2003) exerceu funções docentes e de coordenação de programas de formação em instituição do Ministério da Justiça destinada ao internamento de jovens delinquentes. Integrou a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, nas modalidades restrita e alargada, durante quatro anos. É um dos membros fundadores da Secção Temática «Sociologia do Direito e da Justiça» da Associação Portuguesa de Sociologia e representa Portugal no European Council for Juvenile Justice do International Juvenile Justice Observatory. Integra o Grupo de Trabalho Pobreza Infantil da EAPN – European Anti Poverty Network, Portugal. Tem desempenhado funções de Consultora Científica da Fundação Calouste Gulbenkian para a área da infância e juventude em risco. Em junho de 2016 foi cooptada para o exercício de funções de Conselheira no Conselho Nacional da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ).

Paula Costa

Licenciada em Serviço Social e Mestre em Mediação Intercultural e Intervenção Social pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS-IPL).

Atualmente é Técnica Superior de Serviço Social, no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, da Rede Local de Intervenção Social, do Centro Social Paroquial Paulo VI. O seu trabalho tem incidido nas áreas de infância e juventude, nomeadamente através de Atividades Tempos Livres, na área de Promoção e Proteção de crianças e jovens em risco e, ainda, na área vulnerabilidade, exclusão social e emergência social de pessoas e famílias.

Rosa Maria da Exaltação Coutrim

Socióloga, docente investigadora, tem se dedicado à Sociologia da Educação, da Família e da Juventude. Tem dois grandes focos de interesse, a relação família-escola e as relações intergeracionais, com publicações nos temas relação avós e netos, práticas de escolarização e longevidade escolar nas camadas populares. Graduada em Ciências Sociais (UNESP), Mestre em História (UNESP), Doutora em Sociologia e Política (UFMG) com Pós Doutoramento em Educação (CIID-IPLeia), é professora Associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), membro do Observatório Sociológico Família-Escola (OSFE-UFMG) e do Núcleo de Estudos Sociedade, Família e Escola (NESFE- UFOP).

José Luís Fernandes

Professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Integrou a equipa do Centro de Ciências do Comportamento Desviante, que iniciou em Portugal a investigação biopsicossocial do desvio e lançaria a área de estudos do Comportamento Desviante e Justiça. O tema central dos seus trabalhos de investigação é a caracterização do fenómeno droga em contexto urbano – uma ecologia social dos atores e dos territórios psicotrópicos. A evolução conflitual deste fenómeno nos grandes espaços urbanos conduziu-o à pesquisa sobre o sentimento de insegurança, a marginalidade e a expressão socioterritorial dos processos de segregação e de produção de desigualdades. É membro da Comissão de Ética da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Laborinho Lúcio

Nasceu em 1941. Magistrado de carreira, é Juiz Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça. De 1980 a 1996, exerceu, sucessivamente, as funções de Diretor do Centro de Estudos Judiciários, Secretário de Estado da Administração Judiciária, Ministro da Justiça e Deputado à Assembleia da República. Entre 2003 e 2006, ocupou o cargo de Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores. Com intensa atividade cívica é membro dirigente, entre outras, de associações como a APAV e a CRESCER-SER, de que é sócio fundador. Com artigos publicados e inúmeras palestras proferidas, é autor de livros como *A Justiça e os Justos* (1999), *Palácio da Justiça* (2007), *Educação, Arte e Cidadania* (2008), *O Julgamento – Uma Narrativa Crítica da Justiça* (2012), *Levante-se o Véu*, este em coautoria (2011), e ainda os romances *O Chamador* (2014) e *O Homem Que Escrevia Azulejos* (2016).

Premiado na área da Psicologia, foi-lhe atribuída, em 2016, pelo Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, a Medalha de Reconhecimento; e, em 2017, pela Associação Pró-Inclusão, a medalha de mérito.

Foi agraciado por Sua Majestade, o Rei de Espanha com a Grã-Cruz da Ordem de D. Raimundo de Penaforte, pela sua ação como Ministro da Justiça no âmbito da União Europeia; e por Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo, pela sua ação como Ministro da República.

Entre 2013 e 2017, foi Presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho. É Membro Eleito da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Cátia Matias

Mestre em Mediação Intercultural e Intervenção Social pelo Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais.

Licenciada em Solicitadoria e em Direito, exerce, atualmente, funções de jurista no Instituto Politécnico de Leiria. É mediadora de conflitos.

Os seus interesses de estudo e investigação incidem sobre as temáticas da Pobreza e Exclusão Social, das Políticas Sociais, da Mediação Intercultural e da Resolução Alternativa de Litígios.

Rui Matos

Doutorado em Motricidade Humana, Mestre em Desenvolvimento Motor da Criança e Licenciado em Educação Física, ramo de Formação Educacional.

Professor-coordenador na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria, na qual leciona desde 1989.

De 2009 a 2013 desempenhou o cargo de subdiretor da referida Escola e, de 2013 a 2017, foi diretor da mesma. Foi coordenador de diferentes cursos e de departamento.

Diversas conferências proferidas em Congressos e Seminários, participação como preletor em Cursos de formação de treinadores e de árbitros, publicação de diversos artigos científicos, em revistas portuguesas e internacionais de referência, membro dos corpos editoriais de algumas outras e membro de diversas comissões científicas de congressos nacionais e internacionais.

Escreve preferencialmente sobre aspetos de pedagogia desportiva, bem como sobre o jogo entre segurança e risco e outras temáticas do comportamento motor.

Em 2012, recebeu o Prémio «Desporto com ética» – Prémio Nacional Imprensa Regional (3.º melhor artigo, escrito com o colega Nuno Santos). Em 2010, Menção honrosa no Concurso Nacional «Mais vale perder um minuto na vida, do que a vida num minuto!» – com o Projeto «Carro da Amizade. Ainda em 2010, Prémio Eng.º Fernando Gonçalves Lavrador, correspondente à melhor Comunicação na 1.ª Conferência Internacional de Cinema do Festival de Cinema de Avanca.

Criador de uma modalidade desportiva, a Tripela, em 2008.

Treinador de andebol de 1994 a 2002, inicialmente no Clube União Desportiva de Leiria e, a partir de 2000, na Seleção Nacional Feminina de Talentos.

Em 2004, editou o seu primeiro livro, tendo já publicado 15 (11 de uma coleção infantojuvenil). Foi um dos vencedores do Concurso literário do Diário de Notícias «Histórias Cem Palavras», em 2003, tendo também, em 2009, obtido o 1.º prémio no 1.º Concurso Literário da Associação Nacional de Poetas e Prosadores, bem como no 8.º Concurso Literário da Academia Antero Nobre, ambos na modalidade de conto.

Sandra Ribeiro

Nasceu em Mondim de Basto em 1976. É licenciada em Serviço Social, pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e mestre em Mediação Intercultural e Intervenção Social pela mesma instituição, com a apresentação de uma dissertação intitulada «O Lado B da Violência Doméstica».

Iniciou a sua atividade profissional em 1996, ingressando no Exército Português. Em 1998 incorporou a Guarda Nacional Republicana, especializando-se na área da investigação criminal, designadamente na investigação de crimes de violência doméstica e maus tratos. Desde 2010, coordena o Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas do Comando da GNR em Leiria, onde é formadora e com representação na CPCJ de Leiria. Em 2011 ministrou o Curso de Investigação de Crimes de Violência Doméstica à Polícia Nacional de Angola, em Luanda.

Rui Santos

Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior Bissaya Barreto e mestre em European *Comparative Social Studies*, pela Universidade Norte de Londres. Doutorou-se pela Universidade de Turim, onde apresentou a tese «*The psychosocial adaptation of young people involved in road traffic accidents: a longitudinal study*».

Atualmente, é Professor Adjunto Convidado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS-IPL), Investigador do CICS.NOVA. IPLeiria, e desempenha funções como Diretor Técnico numa IPSS do distrito de Leiria. A sua investigação tem incidido em diversas áreas como a família, infância e juventude, qualidade de vida, comportamentos de risco e empregabilidade na área social.

Sónia Santos

Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior Bissaya Barreto de Coimbra e mestre em Mediação Intercultural e Intervenção Social pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL). É, desde 2009, Assistente Social na Casa de Acolhimento «Casa do Canto», pertencente à Crescerser – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família.

Patrícia Simões

Licenciada em Português e Francês (2002), pela Universidade Católica Portuguesa (UCP), e mestre em Mediação Intercultural e Intervenção Social (2016), pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS-IPL). Ao longo dos últimos anos, tem lecionado no ensino básico e secundário. Atualmente, é assistente convidada da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria (ESECS-IPL). Tem trabalhado com Ana Vieira com quem tem publicado, desenvolvido e apresentado diversas comunicações em congressos científicos.

Sobre os organizadores

Cristóvão Margarido

Assistente social, Mestre em Toxicodependência e Patologias Psicossociais e Doutor em Serviço Social pela Universidade Católica. Atualmente, é Subdiretor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do IPLeiria onde desempenha funções como Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e coordena a Licenciatura em Serviço Social. Investigador do CICS.NOVA.IPLeiria, tem desenvolvido investigação em áreas diversas como a reinserção de toxicodependentes, as identidades profissionais, e a formação em Serviço Social. Paralelamente, tem sido responsável pela avaliação externa de vários projetos de mediação e intervenção social, financiados por entidades públicas.

José Carlos Marques

Doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra e agregado em Sociologia pela Universidade Nova. Professor Coordenador Principal do Instituto Politécnico de Leiria (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais) e Investigador do CICS.NOVA.IPLeiria. Os seus interesses de investigação têm incidido sobre a emigração portuguesa contemporânea, a imigração em Portugal, em especial a resultante dos fluxos migratórios registados no final dos anos 90 e inícios século XXI, as políticas de imigração portuguesa, a migração qualificada e o processo de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Pedro Silva

Sociólogo, docente e investigador, tem vindo a cruzar as preocupações das Sociologias da Educação, da Família e da Infância nas suas pesquisas. O tema da relação escola-família tem constituído o cerne da sua atividade investigativa, com tradução em várias publicações, individuais e coletivas. A etnografia, a educação e mediação interculturais e as TIC constituem outros polos de interesse. Licenciado em Sociologia (ISCTE), Mestre em Análise Social da Educação (Boston University) e Doutor em Ciências da Educação

(FPCE-UP), é Professor Coordenador da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e membro do CIE-FPCE-UP e do CICS.NOVA.IPLeia.

Ana Maria Vieira

Mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação e doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica. É, atualmente, professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), membro da RESMI – Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural – e Investigadora Integrada do CICS.NOVA.IPLeia.

A sua investigação incide sobre Educação Social, Pedagogia Social, Mediação intercultural, Mediação Sociopedagógica, Mediação sociocultural, Trabalho Social e Indisciplina, áreas onde tem publicado em livros, revistas nacionais e estrangeiras, e onde tem desenvolvido comunicações que tem apresentado em congressos nacionais e internacionais.

Trabalhou em Portugal com Américo Peres, professor agregado da UTAD, e em Espanha com José António Caride, professor catedrático da Universidade de Santiago de Compostela.

Ricardo Vieira

Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL, doutor em Antropologia Social, Pós-doutor em Serviço Social e agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE. No ano de 2000, foi galardoado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE.

É, atualmente, Professor Coordenador Principal da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Coordenador do Mestrado da ESECS-IPL, «Mediação Intercultural e Intervenção Social», membro da RESMI – Rede de Ensino Superior em Mediação Intercultural –, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador Integrado do CICS.NOVA.IPLeia.

A sua investigação incide sobre identidades pessoais, sociais e profissionais, histórias de vida e interculturalidade, mediação intercultural, pedagogia social, intervenção social e gerontologia social, matérias sobre as quais tem vários textos e livros publicados em Portugal e no Estrangeiro.

Trabalhou em Portugal com Raul Iturra, e em França com Pierre Bourdieu, François Bonvin, Monique Saint-Martin e Marie Elisabeth Handman.